



**SEREMOS MUITOS  
SEREMOS ALGUÉM**

**spn**  
INFORMAÇÃO

# Ministra condenada por desobediência

**Consideração da avaliação no concurso motiva pagamento de sanção pecuniária compulsória.**

A Fenprof opõe-se à consideração da avaliação do desempenho na graduação para concursos – que nem está prevista no ECD – desde que a questão surgiu, no final de 2008.

Apesar desta oposição, e como pura vingança por a Federação Nacional dos Professores não ter desconvocado a greve de 19 de Janeiro de 2009, à qual adeririam mais de 90% dos educadores/professores, a equipa de Lurdes Rodrigues impôs essa consideração (DL 51/2009), embora excepcionando da sua aplicação o concurso desse ano.

Mudou o governo e, em múltiplas reuniões com a nova equipa, a Fenprof retomou que tal consideração devia ser eliminada, para mais tendo em conta as vicissitudes, arbitrariedades e injustiças que marcaram o processo de avaliação no último biénio. Ao que os responsáveis ministeriais sempre reagiram com abertura e compreensão, tudo indicando que a questão seria passível de resolução – tanto mais que tinham aceitado rever o modelo de avaliação em vigor.

No entanto, o tempo foi passando e a solução não surgiu, levando a Fenprof a explorar, além do plano negocial, as vias institucional (Comissão Parlamentar de Educação, Provedoria de Justiça e Procuradoria-Geral da República) e jurídica, com quatro acções diferentes entregues em tribunais.

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja foi o primeiro a pronunciar-se, determinando que a avaliação fosse provisoriamente retirada do concurso, com a abolição dos campos que, no formulário de candidatura, concretizavam a sua consideração.

Contudo, o ME nada fez – mais precisamente, desobedeceu à ordem judicial! A Fenprof requereu, então, junto do TAF, a execução imediata da sentença, alegando que o ministério incorria em responsabilidade civil, criminal e disciplinar – e de forma agravada, por os seus responsáveis assumirem publicamente a desobediência.

Em consequência, no dia 6 de Maio, a ministra da Educação foi condenada ao “pagamento de sanção pecuniária compulsória, cujo montante diário fixo em 8% do salário mínimo nacional mais elevado em vigor, por cada dia de atraso para além de 2010-05-04 até ao dia em que nos presentes autos seja feita prova de que foi dado integral cumprimento ao decidido provisoriamente” – recorde-se que Lurdes Rodrigues foi alvo de condenação semelhante, num processo referente à interrupção forçada do mandato de um Conselho Executivo nortenho.

É assim a Educação *socrática*... ▶

**José Manuel Costa,**  
Direcção do SPN

**spn**  
INFORMAÇÃO

**Director** Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro  
**Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

**Design Gráfico** Adriano Rangel · **Capa** Fotografia Adriano Rangel · **Impressão** Lisgráfica, SA

**Propriedade** Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6  
**E-mail** spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

**Tiragem média** 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal** n.º 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

# Tempo de resistência

Sob o lema *Dar Valor aos Professores, Melhor Profissão, Melhor Escola Pública, Melhor Futuro*, o 10º Congresso Nacional dos Professores aprovou as orientações que irão nortear a acção da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) nos curto e médio prazos. No plano interno, este foi um congresso marcado pela unidade conseguida na apresentação de uma lista conjunta para os órgãos da Federação por parte das direcções dos sete sindicatos constituintes – unidade que não significa unanimismo nem apaga as diferenças e a diversidade de posições dos vários sindicatos.

Este congresso decorreu num clima de contestação à incidência da avaliação do desempenho na graduação profissional para efeitos de concurso. Se, em circunstâncias consideradas normais, esta medida já é discutível, pelo que representa de agravamento das injustiças que um sistema de avaliação sujeito a quotas necessariamente produz, no momento presente, é absolutamente inaceitável, pela forma caótica como a avaliação decorreu no ano lectivo passado, mas também por todas as irregularidades e ilegalidades do actual processo de candidatura. Tudo faremos para que não seja a teimosia do Governo – que já levou à condenação da ministra por desobediência ao tribunal [ver pág. 2] – a determinar, de forma arbitrária, quem tem emprego ou fica desempregado.

Mas outras questões discutidas no congresso assumem igualmente particular relevância no imediato, nomeadamente: a exigência de alterações aos horários de trabalho dos professores no despacho da organização do próximo ano lectivo; a consagração de mecanismos de recuperação de tempo de serviço para efeitos de transição na carreira; a abertura de vagas nos quadros das escolas, de forma a reforçar a estabilidade de emprego e a revisão do actual regime de autonomia e gestão. A este respeito, foi lançado no próprio congresso um manifesto pelo regresso da gestão democrática e pelo reforço da sua autonomia pedagógica, cuja subscrição ampla importa agora dinamizar ([www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt)).

Uma das acções de luta previstas na resolução sobre a Acção Reivindicativa é a Manifestação Nacional de 29 de Maio, promovida pela CGTP-IN. Os professores concentram-se junto ao ME e, posteriormente, juntam-se aos restantes trabalhadores da Administração Pública e do sector privado, contestando não só as medidas específicas do ME, que têm vindo a degradar as condições de exercício da profissão docente, mas também a acção do Governo, que, ao mesmo tempo que concede apoios generosos ao sector financeiro e às empresas, impõe mais sacrifícios aos trabalhadores, congelando salários, alterando as regras de aposentação e agravando a legislação relativa a vínculos, carreiras e remunerações.

Não podemos deixar às futuras gerações um mundo feito de desemprego e de precariedade, onde o trabalho tem pouco valor e em que os jovens não almejam um nível de vida melhor do que o das gerações precedentes. Importa, por isso, neste mês de Maio, reafirmar a centralidade do trabalho e a necessidade de uma melhor distribuição da riqueza como factor de promoção da justiça social e do desenvolvimento económico e social do país.

É tempo de denunciar firmemente os efeitos de uma globalização neoliberal que tem vindo a impor os interesses da finança e do capital às políticas dos governos; que promove as leis do mercado em detrimento dos princípios democráticos de equidade e solidariedade, agravando a desigualdade social, a precariedade, o desemprego, a pobreza e a exclusão; que desresponsabiliza o Estado das suas funções sociais, desqualificando os serviços públicos e promovendo a sua privatização e que ataca os mais elementares direitos dos trabalhadores e as organizações que os representam.

Uma luta que vale a pena travar pelos ideais de progresso, de liberdade e de democracia, que comemoramos neste ano centenário da implantação da República. ▶

**Manuela Mendonça,**  
coordenadora do SPN



# Concentração em São Bento



JPO

**Fenprof  
contesta a  
consideração  
da avaliação  
no concurso**



**Um cenário de confusão que se agrava cada vez que há tentativas de correcção. Esta é a síntese possível em relação à teimosia do Ministério da Educação quanto à consideração da avaliação do desempenho no concurso de docentes.**

# Avaliação no concurso: bom senso precisa-se!

Em defesa da transparência e da justiça, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) considera que a avaliação de desempenho não deverá ser considerada este ano para efeitos de graduação dos candidatos, bastando para isso que seja prorrogada a norma aplicada no ano transacto.

“Mandaria o bom senso que a situação fosse devidamente solucionada, pois a aplicação da norma legal que considera a avaliação, despoleta um conjunto de situações que nos parecem de legalidade e mesmo constitucionalidade duvidosas”, sublinha um documento entregue pela Fenprof na residência de José Sócrates no primeiro dia da fase de aperfeiçoamento de candidaturas (3 de Maio).

O documento sintetiza as razões por que se contesta a consideração da avaliação de desempenho no concurso que decorre e foi entregue na sequência de uma concentração de activistas, delegados e dirigentes sindicais frente à residência oficial do primeiro-ministro, chamando a atenção, uma vez mais, para “as graves injustiças, irregularidades e ilegalidades” que a consideração da avaliação provocará.

No mesmo dia da concentração, e pelo mesmo motivo, foi apresentada queixa junto da Procuradoria-Geral da República – recorde-se, entretanto, que o ME já foi citado por todos os tribunais em que a Fenprof interpôs acções.

## Consequências muito negativas

A acção em S. Bento, onde o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) também se fez representar, pretendeu sensibilizar a Presidência do Conselho de Ministros, e a opinião pública, para um problema que, a não ser resolvido, terá consequências muito negativas na ordenação dos candidatos – “Avaliação na graduação só gera confusão” e “Um concurso coerente tem de ser transparente” foram algumas das palavras-de-ordem mais ouvidas.

Enquanto a delegação sindical entregava o documento nos serviços de assessoria do primeiro-ministro, na rua realizava-se uma tómbola com os professores presentes a caricaturarem um concurso de colocações tipo “roda-da-sorte”, que, infelizmente, se aproxima dos objectivos que reinam na 5 de Outubro.

Na oportunidade, Mário Nogueira fez o ponto da situação relativo à matéria, voltando a lembrar a necessidade de um ministério com competências e capacidades para negociar e governar. O recentemente reeleito secretário-geral da Fenprof alertou, ainda, para as consequências de “novos PECs” que o Governo pode estar a preparar, realçando a importância da mobilização, da unidade e da luta dos educadores e dos professores – lado a lado com os restantes sectores da Administração Pública e com os trabalhadores em geral – para fazer face às ofensivas contra os direitos no mundo do trabalho. Neste sentido, apelou a uma forte participação dos educadores e professores na manifestação nacional que decorrerá em Lisboa no dia 29 de Maio. ▶

*José Paulo Oliveira,  
jornalista*



# Porque se contesta a consideração da avaliação no concurso

**A Fenprof tem vindo a suscitar dúvidas e a denunciar problemas relativos a esta matéria desde a primeira reunião com a actual equipa ministerial (10.11.2009), designadamente em 16 e 23 de Dezembro, 20 de Janeiro (com apresentação de propostas), 24 de Fevereiro, 14 de Março e 9 de Abril.**

Na sequência das preocupações da Fenprof e dos seus sindicatos, há aspectos que, entretanto, foram alterados e outros que se mantêm, como adiante se dá conta. Contudo, há três aspectos a salientar previamente:

1. a avaliação qualitativa interfere directamente na graduação profissional, uma vez quem tiver 'Muito Bom' ou 'Excelente' acrescenta 1 ou 2 valores;
2. a avaliação quantitativa tem peso relevante na ordenação dos candidatos, tratando-se do primeiro factor de desempate (antes da classificação profissional e do tempo serviço);
3. no concurso de há um ano já se encontrava em vigor o actual quadro legal, mas o ME decidiu não aplicar a avaliação como factor de graduação profissional, ao aprovar uma medida transitória nesse sentido.

## O que se alterou

**Candidatos com avaliação qualitativa de 'Bom'/'Muito Bom', mas quantitativa superior a 7,9/8,9** (o intervalo do 'Bom' é 6,5-7,9 e o do 'Muito Bom' 8-8,9), porque a escola não atribuiu menção superior a 'Bom'/'Muito Bom', por imposição de quotas ou por não terem requerido observação de aulas. Tinham de concorrer com uma "nota" compreendida no intervalo, sob pena de a aplicação informática inviabilizar a candidatura. Eram, pois, obrigados a prestar falsa declaração (o que constitui crime), que poderia ou não ser validada pela escola. Se fosse, a escola estaria a corroborar a declaração falsa; se não fosse, o candidato era excluído do concurso. **O ME alterou a aplicação e os candidatos puderam inscrever a avaliação quantitativa, mas, segundo diversos juristas, poderá haver ilegalidade no facto de a classificação referida não se situar no intervalo legalmente estabelecido.**

**Candidatos avaliados nas regiões autónomas.** Na Madeira não houve avaliação; foram atribuídas administrativamente a menção de 'Bom' e a avaliação quantitativa de 7,2. Nos Açores, a avaliação foi apenas qualitativa, não tendo havido qualquer menção superior a 'Bom' – para concorrer, estes candidatos teriam de indicar uma classificação quantitativa compreendida no intervalo correspondente à sua menção; ou seja, como no ponto anterior, também teriam de fazer uma declaração falsa, com as mesmas consequências. **A DGRHE informou as escolas que os candidatos avaliados por quadros legais que não constam do Decreto-Lei 51/2009 deverão ter a sua avaliação invalidada, embora se mantenham a concurso. São, assim, abrangidos os que se encontram nas regiões autónomas, que, sendo necessário desempate, serão penalizados. Além disso, parece desigual o facto de haver candidatos que concorrem com o seu tempo avaliado e outros sem que isso aconteça – assim, um professor avaliado negativamente terá, neste caso, tratamento idêntico ao de um com 'Bom', mesmo que com o máximo de 10 valores.**

**Candidatos que trabalharam nas AEC.** Têm direito à contagem do tempo de serviço, que terá de ser avaliado. Ora, os técnicos das AEC não são considerados docentes – logo não foram avaliados nessa qualidade. Se o tempo contasse, seria ilegal porque não foi prestado nem avaliado na qualidade de docente; se não contasse, seria ilegal porque há legislação que diz que conta. Para que estes candidatos referissem uma avaliação que não tiveram, incorreriam também em falsas declarações. Entretanto, houve direcções regionais que informaram que, para os avaliados pelo SIADAP, seria divulgada uma tabela de correspondência – acontece que um grande número destes técnicos (eventualmente a maioria dos contratados pelos municípios) não foi avaliado... E há os que foram contratados por empresas – como poderão ser avaliados?

**Candidatos que foram contratados por escolas de hotelaria e turismo.** Foram avaliados, de acordo com o SIADAP, com classificações compreendidas entre 1 e 5 – ou seja, nem as menções qualitativas nem as classificações são compatíveis com as dos docentes. **Para estes casos vale a informação da DGRHE citada a propósito das perguntas anteriores na situação anterior. Assim, os candidatos que foram avaliados de acordo com o SIADAP serão prejudicados em caso de desempate.**

### O que se mantém

**Candidatos cuja avaliação não se encontra concluída.** Por um lado, porque em muitas escolas o processo atrasou, com o conseqüente atraso na notificação aos docentes; por outro, porque muitos recorreram da avaliação atribuída, aguardando ainda a decisão final.

**Candidatos do Ensino Português no Estrangeiro** (não são avaliados desde 2006), **do Ensino Particular e Cooperativo e das escolas profissionais** (muitos não têm qualquer avaliação ou, mesmo que a tenham, ela não é considerada, pois é o próprio manual de instruções do concurso que refere que estes docentes “que pretendam ser opositores ao concurso de 2010/2011, concorrem sem avaliação”).

**Candidatos que, por motivo justificado, não tiveram avaliação em 2008/09** e não podiam ser penalizados pela situação em que se encontravam. Se os docentes que estiveram com licença de maternidade, com doença protegida ou em exercício de outras funções (deputados, autarcas, dirigentes sindicais com redução total de serviço docente, em comissões de serviço, ...) referissem que não foram avaliados, como teriam considerado o seu tempo de serviço? Por outro lado, se utilizassem a avaliação atribuída em 2007/08, caso tivessem sido colocados, apenas poderiam utilizar a avaliação qualitativa por não ter sido atribuída a quantitativa.

**Candidatos avaliados com 4 meses seguidos de serviço em regime de contratado** (e há casos destes que mereceram ‘Excelente’ ou ‘Muito Bom’). Com seis meses seguidos é-se obrigatoriamente avaliado, mas se esses seis meses forem prestados em dois contratos de 3 meses, já não se é avaliado, perdendo-se o tempo de serviço prestado. Está ou não posto em causa o princípio da igualdade? A mesma questão se coloca quando dois docentes, em escolas diferentes, obtiveram a mesma avaliação quantitativa (por exemplo, correspondente a ‘Muito Bom’), mas um não teve a menção que deveria por a sua escola apenas ter atribuído ‘Bom’, o que não aconteceu na outra.

**Aplicação informática das escolas arredondou avaliações.** Há candidatos que tiveram uma avaliação quantitativa correspondente a ‘Bom’ e que, devido a arredondamento por excesso, passaram para ‘Muito Bom’ (bonificação de 1 valor). Outros não tiveram esse arredondamento, ou tiveram-no por defeito. No caso de dois docentes com 7,4 (7) e 7,5 (8), ambos teriam ‘Bom’, mas o segundo, por passar 7,9, corresponderia a ‘Muito Bom’.

**Impedimento de os docentes dos quadros que leccionam nas regiões autónomas se candidatarem a Destacamento por Condições Específicas.** Perante esta ilegalidade, o Sindicato dos Professores da Região Açores oficiou o director-geral dos Recursos Humanos da Educação, não tendo obtido qualquer resposta.

Face a estas situações, ainda mais confusas de cada vez que há tentativas de correcção, a Fenprof considera que a avaliação não deve ser considerada este ano para efeitos de graduação dos candidatos ao concurso, devendo ser prorrogada a norma usada no ano transacto. Manda o bom senso que assim seja, porque a aplicação da norma que considera a avaliação despoleta um conjunto de situações de legalidade, e mesmo constitucionalidade, duvidosa. ▶

# 100

## Congresso da Fenprof

Jorge Pimentel





# Identidade profissional: um debate necessário

Carlos Midões, Direcção do SPN

Tendo efectuado uma intervenção (não escrita) que teve como objectivo reflectir sobre o conteúdo do Plano de Acção da Fenprof referente à *Identidade Profissional Docente*, vou tentar reproduzir nas linhas que se seguem o essencial do que pretendi transmitir ao congresso.

1. No texto colocado à aprovação do Congresso é correctamente destacada a campanha pública de desvalorização do trabalho dos professores e do seu papel, assim como o ataque ao seu profissionalismo e à sua dignidade desencadeado, logo em 2005, após a vitória do PS nas eleições legislativas e a chegada de Maria de Lurdes Rodrigues ao Ministério da Educação.

O acervo legislativo produzido acentuou profundamente a *funcionarização* da profissão e o resultado é conhecido – a aposentação antecipada de muitos professores e o desencadear de um processo de luta inédito em Portugal, sobretudo pela visibilidade que foi dada pelas várias manifestações, em que participaram milhares de professores, colocando os problemas da educação na ordem do dia durante meses.

Essa luta não terminou, aguardam-se novos desenvolvimentos e muito está ainda por decidir. No entanto, a par das reivindicações justas dos professores, o Plano de Acção alerta para a tomada de consciência de que se vive um tempo de mudança, decisivo para o futuro da identidade docente, relacionando os deveres com os direitos e, na minha perspectiva, tocando num ponto essencial: o que significa hoje ser professor.

2. A percepção – manifestada no texto do Congresso – da crescente complexificação da profissão docente e dos desafios que se colocam à Escola e à Educação, leva à questão central, que é a *clarificação do papel do professor e do conteúdo funcional da profissão docente*. Muitas pistas são apresentadas: delimitar as missões da Escola; libertar os professores de tarefas burocráticas; intervir ao nível das condições de trabalho; dotar as escolas dos recursos necessários; construir um modelo de avaliação do desempenho que respeite a especificidade da profissão; reforçar o trabalho em equipa; intervir mais na formação e integração dos novos professores; etc.

Critica-se o novo modelo de gestão, que contraria a autonomia e a participação democrática, e, por fim, deixa-se um alerta: a valorização da classe docente e a afirmação da sua identidade profissional passam, por exemplo, “pela forma como a classe souber assumir o seu papel na construção de uma nova Escola, em conformidade com as exigências de uma sociedade mutável e complexa” e “por um esforço de reflexão permanente”.

Nestes pontos, fundamentalmente, está a origem de alguma insatisfação pessoal que procurei transmitir aos delegados, relativamente ao modo como a Fenprof, através do Projecto de Resolução sobre a acção reivindicativa, concretizava o necessário debate junto dos professores.

Da leitura das acções propostas para os próximos meses, pareceu-me faltar consequência para a correcta análise efectuada, traduzida por promover a reflexão considerada fundamental. Disse-o no Congresso, e reafirmo-o aqui: espero que venha a ser feita.

3. No Sindicato dos Professores do Norte, pelo que tenho discutido aos vários níveis em que intervenho, é clara a percepção da importância desse debate. Temos pela frente tempos difíceis, mas, sem receios, vamos a ele! ▶



# Pelo regresso da gestão democrática

*(intervenção de Manuela Mendonça, coordenadora do SPN)*

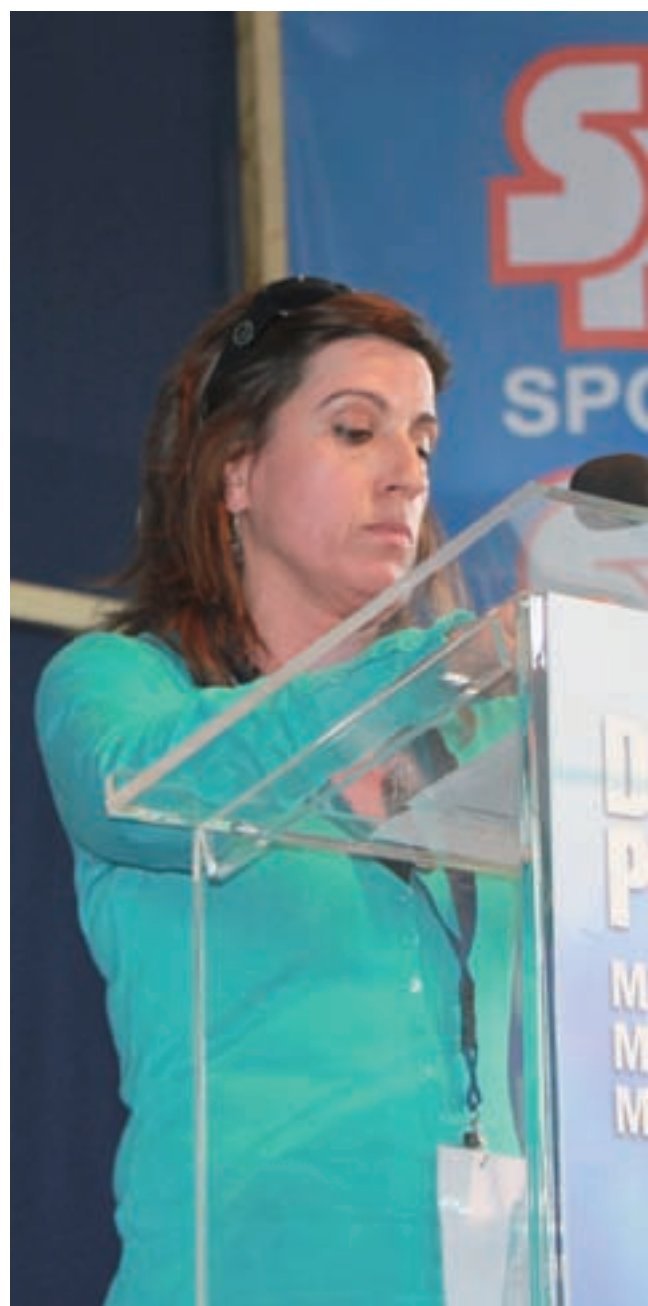
1. Em Fevereiro, a Fenprof apresentou, em conferência de imprensa, a exigência de revisão do DL 75/2008. É sabido que a Federação sempre contestou a necessidade e a oportunidade desta alteração legislativa, assim como a validade das soluções encontradas, nomeadamente a imposição a todas as escolas de um órgão de gestão unipessoal, no qual são concentrados poderes de decisão que anteriormente pertenciam a outros órgãos e actores escolares. Estas alterações não se sustentaram em nenhuma avaliação do regime anterior, nem sequer tiveram em conta a investigação realizada em Portugal nesta área, incluindo as conclusões dos principais estudos solicitados pelo próprio Ministério da Educação (ME).

Durante o período de auscultação pública sobre o projecto de diploma, e no âmbito de um conjunto de iniciativas que na altura desenvolveu para denunciar a natureza e o alcance desta alteração legislativa, a Fenprof afirmou repetidas vezes que, para o anterior Governo, um novo regime de gestão era a peça que faltava para a consolidação de um certo paradigma de Escola, congruente com a concepção de professor funcionário que o Estatuto da Carreira Docente (ECD) configurava: só com um modelo de gestão autoritário e com uma cadeia de comando hierarquicamente definida se podia garantir o cumprimento acrítico de orientações definidas centralmente e fora da escola.

Contra os pareceres fundamentados de reconhecidos especialistas em Administração Escolar, do Conselho Nacional de Educação e das organizações representativas dos professores, o anterior Governo impôs mais uma das suas reformas.

2. Aquando da entrada em vigor da nova lei, a Fenprof lançou um repto aos professores: sendo a constituição do Conselho Geral Transitório o primeiro passo para a aplicação de um diploma que tinha como pressuposto uma profunda desconfiança relativamente aos docentes e punha em causa o funcionamento democrático da Escola Pública, os professores tinham, através da recusa colectiva em constituir este conselho, uma oportunidade única de dizer não a toda a desconsideração de que vinham sendo alvo e, desse modo, obrigar o ME a recuar efectivamente nas suas políticas

No entanto, esta não foi a posição assumida pela generalidade dos professores, que, ao agirem de forma diferenciada, contribuíram para a implementação do modelo. Recorde-se que estes eram tempos conturbados em que o combate ao modelo de avaliação do desempenho assumiu toda a centralidade das preocupações dos docentes. Hoje, no essencial, importa perceber que são mais claras para muitos professores as consequências negativas deste regime, ao nível da conflitualidade, da degradação do clima de trabalho e da partidarização da direcção e gestão das escolas.





3. Considerando que a gestão democrática, constitucionalmente consagrada, torna imperativa a garantia de princípios de democraticidade e de participação, como a elegibilidade e colegialidade dos órgãos, postos em causa no actual Regime de Autonomia, Administração e Gestão das escolas, a Fenprof colocou à ministra da educação, a necessidade de realização de um amplo debate sobre esta matéria que permita consensualizar, a curto prazo, um regime alternativo ao actual.

Esse novo regime, para além da criação de Conselhos Locais de Educação como órgãos descentralizados da administração educativa, já previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo, deve consagrar margens de autonomia efectiva para as escolas, o direito destas poderem optar entre um órgão de gestão unipessoal ou colegial, um processo de eleição directa do órgão de gestão por um colégio eleitoral alargado e a redefinição das competências e da composição do órgão de direcção estratégica, actualmente atribuídas ao Conselho Geral.

No imediato, a Fenprof reclamou a abertura de um processo negocial para a introdução de algumas alterações ao DL 75/2008, visando o reforço das competências e a autonomia de funcionamento do Conselho Pedagógico (CP). Neste sentido, importa consagrar que é ao CP, enquanto órgão de direcção pedagógica da escola, que compete definir o tipo, as competências e a composição das estruturas pedagógicas intermédias – é inaceitável que todas as escolas tenham que ter o mesmo número de departamentos curriculares –, assim como lhe deve competir flexibilizar a organização dos espaços, tempos, agrupamentos de alunos e apoios educativos. Defendemos que o director não tem que ser obrigatoriamente o presidente do CP e que este órgão deve ser constituído pelos coordenadores das estruturas de gestão intermédia e de supervisão pedagógica que vierem a ser definidas ao nível de escola/agrupamento, mas sempre democraticamente eleitos pelos docentes que as constituem.

A insistência na manutenção da designação destes elementos comprometerá, por exemplo, a implementação de qualquer processo de avaliação do desempenho, levantando problemas de legitimação dos avaliadores e de reconhecimento da sua autoridade pelos pares.

4. A elegibilidade e a colegialidade dos cargos de direcção e gestão (de topo e intermédia) são marcas distintivas da administração das escolas em Portugal. Apesar de essa prática já ter sido legalmente consagrada como forma de escolha dos reitores dos liceus, de 1910 a 1928, ela aparece mais claramente associada ao movimento político e social que se sucedeu ao 25 de Abril. Por isso, o princípio da eleição dos órgãos de direcção das escolas constituiu um dos fundamentos da chamada Gestão Democrática.

O modo de vida democrático aprende-se com experiências democráticas. O projecto educativo de uma escola não pode ser dissociado da sua organização interna e dos seus modos de funcionamento. A democratização do governo da escola deve ser defendida não só pelo seu valor intrínseco no quadro da garantia dos direitos sociais e de cidadania, mas também pelo seu impacto na promoção de uma educação para a democracia e para a participação social e cívica.

A Fenprof levará a cabo um conjunto de iniciativas nesta área, das quais destaco a realização de um encontro de balanço da aplicação do DL 75/2008 e o lançamento de um manifesto pelo regresso da Gestão Democrática às escolas e pelo reforço da sua autonomia pedagógica. Fica aqui o apelo para que todos o assinemos e levemos muitos outros a assiná-lo.

Tal como o ECD, esta é uma frente reivindicativa da maior importância para o nosso futuro colectivo. Saibamos todos assumi-la, de forma activa, consequente e determinada. ▶



# A propósito da indisciplina e da violência



(intervenção de Henrique Borges, direcção do SPN)

1. Nos últimos tempos, resultado de graves e preocupantes ocorrências na instituição escolar, ou com ela relacionadas, foi relançado o debate em torno da indisciplina e violência escolares. Debate, agora, centrado no Estatuto do Aluno e que irá ser objecto de alterações já anunciadas pelo Ministério da Educação.

Todos opinam: alguns traduzindo a opinião fácil e a demagogia populista próprias do senso comum, nem sempre coincidente com o que poderíamos chamar de bom senso; outros, procurando tirar dividendos políticos, mais ou menos imediatos, como se a peça fundamental e mágica para a resolução dos problemas que a Escola vive se pudesse reduzir a esta questão.

Sendo importante, o Estatuto do Aluno é, por si só, claramente insuficiente para contribuir de modo significativo para a resolução dos problemas que a instituição escolar vive e que se têm vindo a agravar.

É fácil, a pretexto da ocorrência de situações de indisciplina e de violência, cair na tentação de reduzir a procura de soluções à questão da “reposição” do “poder dos professores” e da necessidade de “disciplinar” os alunos, encontrando-se assim pretextos e justificações para a institucionalização de “regras” e “punições” capazes de resolverem todos, ou pelo menos a maioria dos problemas. Quando assim acontece, facilmente se cai numa lógica de criação e/ou reforço de mecanismos legais existentes, muitas das vezes entendidos de modo descontextualizado.

A Escola deixa, assim, de responder às questões da cidadania, dos direitos humanos e do respeito pelas diferentes gramáticas de vida, transformando-se, também fruto das pressões que sobre ela a sociedade exerce, numa instituição fundamentalmente disciplinadora – o que pode favorecer e institucionalizar espaços de exclusão.

2. A Escola vive, todos sabemos, de um contexto demográfico, social, económico, cultural e político que a condiciona e influencia muitos dos seus processos.

Lembro David Justino, ministro da Educação no Governo de Durão Barroso, que, numa entrevista publicada em 2002 no «Jornal de Letras», disse que a alteração por ele promovida, a primeira, ao Estatuto do Aluno (DL 270/98), iria contrariar uma política da educação assente em pedagogias “românticas”, fomentadoras da “anarquia”, do “facilitismo”, e criadoras de “sérios problemas de indisciplina”. Ao dizer isto, estava, também, a expressar a sua concepção de Escola. Concepção muito diferente da defendida pela Fenprof – uma Escola democrática e inclusiva, pautada por critérios de qualidade.

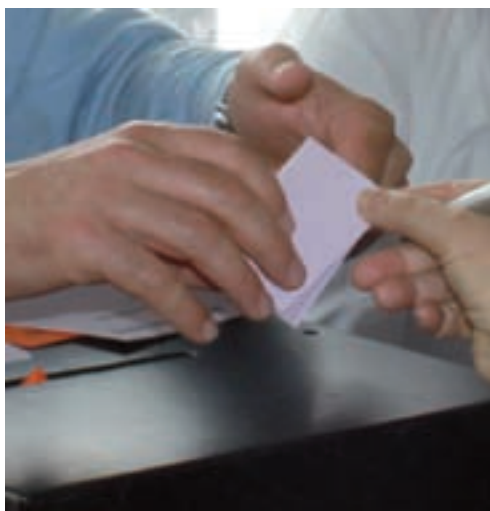
A indisciplina e a violência na Escola são fenómenos que decorrem, em parte, da sociedade e do contexto familiar dos alunos. O desemprego, a precariedade, a pobreza e a exclusão, entre outros, são factores que condicionam o clima latente na sociedade portuguesa e que influenciam e dificultam a existência de um bom clima de convivência escolar. Mas não quero, com isto, desresponsabilizar a Escola, deslocando para fora dela a responsabilidade que lhe cabe pelos fenómenos de indisciplina e violência gerados no seu interior.



Não há uma resposta única e uma resposta segura e certa para os problemas da disciplina nas escolas, que deverão ser dotadas da autonomia necessária para agir e ensinar em função de quem a frequenta. A intervenção tem que fazer-se a vários níveis, sendo muitos os aspectos a ter em consideração, que vão da própria organização do sistema educativo até ao modelo organizacional da escola. Podem apresentar-se muitas propostas de solução para os problemas da indisciplina. Mas a sua eficácia dependerá sempre do modo como se articulam, de quem as aplica, do modo como o faz ou da coerência com o contexto em que são aplicadas.

**3.** O número crescente de fenómenos de indisciplina e violência em espaço escolar, a que temos vindo a assistir nos últimos anos, levou a Fenprof a considerar como indispensáveis um conjunto de medidas que reforcem a autoridade do professor, que protejam a identidade do aluno e que, principalmente, revertam a situação a favor do estabelecimento de um clima saudável de convivência inter e intra-geracional. Foi nesse sentido, que já em 2007, o 9º Congresso aprovou “12 Medidas pela Não-violência e pela Convivência Escolares”, contributo importante para o debate em curso na sociedade portuguesa. Uma dessas medidas – criação de um Observatório para a Não-violência e para a Convivência Escolar –, idêntica a uma das recomendações do Conselho Nacional de Educação (2002), a par da consideração, no plano jurídico-penal, das agressões e ofensas de natureza pessoal de que os professores forem vítimas no exercício (ou por causa do exercício) das suas funções como se fossem dirigidas contra autoridades públicas, são medidas a ter em consideração e que se afiguram de grande importância. Se a criação do Observatório permitirá um melhor conhecimento e compreensão dos fenómenos em causa, o que favorece uma intervenção mais consistente com os contextos, a tipificação da violência exercida sobre os professores como crime público constituiria uma medida de evidente força simbólica. “O Estado daria assim um passo, ostensivo e simbólico, na valorização da utilidade pública da profissão docente, dando solenidade e força a todas as outras medidas que apontariam no mesmo sentido”. “A problemática com que nos defrontamos não é prioritariamente – e estou a citar Ariana Cosme e Rui Trindade [«A Página da Educação nº 65, Fev.1998] – a de saber como se combate a indisciplina, mas a de discutir como se constroem projectos de intervenção educativa capazes de se assumirem como oportunidades credíveis de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal, social e profissional em contextos escolares caracterizados pela diversidade e heterogeneidade das populações que acolhem. Esta é, pois, a questão que vale a pena equacionar. E só em função da mesma se torna aceitável abordar, posteriormente, o quadro regulamentador das medidas de natureza disciplinar passíveis de serem aplicadas de um modo útil e educativamente pertinente nas nossas escolas. Acreditamos que só assim será possível fugir às opiniões fáceis, à demagogia populista e aos equívocos de intelectuais serôdios que confinam o seu saber sobre Educação e escolas à leitura apressada d’*Os Filhos de Rousseau*”. ▶





## O SPN nos órgãos da Fenprof

No segundo dia do Congresso foi eleito o novo presidente do Conselho Nacional (João Cunha Serra) e reeleitos o secretário-geral (Mário Nogueira) e o presidente do Conselho de Jurisdição (Manuel Menezes).

Com a recomposição – por redução do número de membros – do Conselho Nacional (órgão máximo entre congressos) e do Secretariado Nacional, a participação do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) nos órgãos da Fenprof passou a ser seguinte:

**Conselho Nacional:** Abel Macedo, Alice Susano, Américo Peres, Anabela Sousa, António Baldaia, Carlos Midões, Carlos Silva, Carlos Taveira, Henrique Borges, João Baldaia, Jorge Reis, José Augusto Cardoso, José Manuel Costa, Júlia Vale, Lurdes Veiga, Manuela Mendonça, Maria José Araújo, Pedro Oliveira, Rafael Tormenta, Vítor Gomes

**Conselho de Jurisdição:** Felizardo Bouene

**Secretariado Nacional:** Abel Macedo, Henrique Borges, José Manuel Costa, Júlia Vale, Manuela Mendonça, Vítor Gomes



*Na edição de Junho continuaremos a divulgar as intervenções do SPN.*

# Novas caras do SPN no Conselho Nacional



**ANABELA SOUSA.** Num momento particularmente marcante para as escolas portuguesas e para os seus profissionais, caracterizado pela implementação cada vez mais notória de lógicas gerencialistas no campo da gestão e administração, da crescente precarização do trabalho docente e da implementação de políticas de avaliação como instrumento de regulação das acções colectivas e individuais, pertencer, pela primeira vez, ao Conselho Nacional da organização mais representativa dos professores portugueses é um grande desafio e uma enorme responsabilidade. É tempo de reflectir sobre todo este puzzle de medidas políticas que, apesar de parecerem, por vezes, desarticuladas, respondem aos desígnios de uma ideia de profissional da educação, de escola, de educação e de sociedade. É preciso chamar os educadores/professores, em particular os mais jovens, a esta reflexão e a um debate que proporcione bases de entendimento para a (re)construção da profissionalidade docente, sobre a missão da Escola Pública e a educação. Só esta construção partilhada permitirá um reforço do movimento sindical, que é uma exigência para renovar o clima nas escolas e as relações entre os docentes. São imensos os desafios para os próximos três anos, mas pretendo continuar a levar às diversas estruturas sindicais as dúvidas, preocupações e exigências dos (muitos) docentes que representamos.



**LURDES VEIGA.** Um comentário pessoal, mesmo que pequeno, sobre o 10º Congresso da Fenprof afigura-se-me muito difícil, pois tenho várias “imagens”, emoções e reflexões sobre o mesmo. No entanto, gostava de partilhar duas ideias. Em primeiro lugar, a constatação de que **todos** os delegados assumiram a sua responsabilidade individual e colectiva na construção da unidade da Federação, tendo sempre presentes as marcas identitárias de cada um dos sindicatos que a compõem. Em segundo lugar, como novo membro do Conselho Nacional, e tendo em conta as alterações introduzidas pelos novos estatutos, com a revalorização do papel deste órgão da Fenprof, assumir e desejar estar à altura dos princípios e da herança desta organização, para ser capaz de contribuir para *Dar Valor aos Professores*.



**MARIA JOSÉ ARAÚJO.** O 10º Congresso constituiu, no período que o antecedeu como no seu decorrer, um tempo intenso de trabalho, mas também privilegiado na reflexão sobre temáticas que nos preocupam enquanto dirigentes sindicais e que são do interesse de todos os educadores/professores. Temas como o futuro da profissão, a clarificação do seu conteúdo funcional, a degradação das condições de trabalho, o perigo que corre a Escola Pública se se mantiverem estas políticas avulsas e a importância da sindicalização como condição única de reforço das organizações sindicais e único garante da democracia, foram, entre outros, debatidos e definidos como orientadores da acção da Fenprof para o próximo triénio. Poder estar presente, ouvir testemunhos dos mais variados sectores e contribuir com a minha própria reflexão, deu-me um grande prazer, fez-me sentir orgulho em ser dirigente do SPN e, simultaneamente, reavivou-me a memória quanto à responsabilidade que acarreta pertencer-se a organizações tão prestigiadas como a Fenprof. Ter sido eleita para o Conselho Nacional, fez-me sentir, a par do orgulho, um *friozinho* que só se sente quando o peso da responsabilidade é grande e se quer dar o melhor. As expectativas são elevadas, uma vez que o CN, com dimensão reduzida, pode agora desenvolver um trabalho mais eficaz. Veremos! Eu conto dar o meu contributo para que isso aconteça.



**PEDRO OLIVEIRA.** Este foi o primeiro congresso da Fenprof em que participei. Impressiona, de facto, o número de delegados presentes, o entusiasmo, o empenho até altas horas da noite. Cerca de um milhar de pessoas, enquadradas por uma organização eficiente, que garantiu uma logística perfeita, quer ao nível das refeições, quer ao nível da organização dos trabalhos. O congresso constituiu uma demonstração da força da Federação, dos seus sindicatos e dos seus activistas. Por último, diria que o Congresso foi um local de debate vivo, de discussão de ideias e que, além do mais, permitiu definir o caminho das reivindicações para os diversos sectores de ensino. Os próximos tempos, marcados pelas restrições orçamentais, serão, seguramente, tempos de grande exigência. Por isso, a importância deste congresso como ponto de partida para a oposição às políticas governamentais para a Educação.

# MANIFESTAÇÃO NACIONAL

# 29

MAIO  
LISBOA

**14H00**  
Concentração  
em  
frente  
ao  
ME

INFORMA-TE!  
CONTACTA  
O  
SPN!

**15H00**  
educadores/professores  
juntam-se à  
restante  
Administração  
Pública

**16H30**  
sector  
público e  
privado  
encontram-se e  
desfilam  
até  
aos  
Restauradores

# LUTAR AGORA PARA NÃO SER TARDE

*horários  
de trabalho  
adequados*

**PELA  
DIGNIFICAÇÃO  
DA  
PROFISSÃO**



*estabilidade  
no  
emprego  
docente*

*abertura  
de  
vagas  
nos  
quadros*

**CONTRA  
A  
AVALIAÇÃO  
NOS  
CONCURSOS**











enquanto há força  
no braço que vinga  
que venham ventos  
virar-nos as quilhas  
seremos muitos  
seremos alguém  
cantai rapazes  
dançai raparigas  
e vós altivas  
cantai também

levanta o braço  
faz dele uma barra  
que venha a brisa  
lavar-nos a cara  
seremos muitos  
seremos alguém  
cantai rapazes  
dançai raparigas  
e vós altivas  
cantai também

*José Afonso*

O regime jurídico das faltas dos funcionários públicos encontra-se regulado no Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado pela Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro. Em conformidade, nos artigos 184º e seguintes do RCTFP está prevista a definição de faltas, os diferentes tipos de faltas e os seus efeitos, entre outros aspectos. No caso do pessoal docente, por se tratar de um corpo especial, há que conjugar as disposições do RCTFP com as do Estatuto da Carreira Docente (ECD), sendo que em caso de sobreposição de precisões legais prevalecerá o disposto no ECD – a título de exemplo, é o que sucede com as faltas por conta do período de férias.

O que acima se afirma é independente do vínculo jurídico ou do regime de protecção social em que os professores se inserem. Uma coisa é o regime das faltas, único para todos os docentes, no que concerne à sua previsão, às faltas admissíveis, às que são justificadas ou injustificadas, etc. Questão diversa é a do regime de protecção social que abrange o docente e que determina, entre outros, o pagamento das faltas. Aqui há que cumprir o disposto no artigo 19º da Lei 59/2008.

Os trabalhadores beneficiários do regime geral da Segurança Social estão sujeitos às normas do RCTFP e respectivo regulamento que versem sobre protecção social. Os demais trabalhadores a integrar no regime de protecção social convergente mantêm-se, até à sua regulamentação (Lei nº 4/2007, de 16 de Janeiro), sujeitos às mesmas regras que lhes eram aplicáveis à data de entrada em vigor do RCTFP, nomeadamente no que concerne à manutenção do direito à remuneração, justificação, verificação e efeitos das faltas por doença e por maternidade, paternidade e adopção.

Na prática quotidiana, este edifício jurídico não é de fácil conjugação no caso dos últimos docentes. Se em relação aos primeiros (regime geral), a resposta a todas as questões está contida no RCTFP e respectivo regulamento, em relação aos docentes a integrar no regime convergente, o caminho complica-se. Para ver se um professor nessa situação pode faltar por determinado motivo, temos de verificar o elenco das faltas consagradas no RCTFP e no ECD. Mas para averiguar do pagamento ou não dessa falta temos de nos socorrer do DL 100/99, que é o regime que vigora e se lhes aplicava à data de entrada em vigor do RCTFP. Este exercício jurídico terá de ser feito até à regulamentação da Lei 4/2007.

Em traços breves, é este o enquadramento jurídico-legal do regime de faltas. ▀

## Regime jurídico de faltas

### agenda

#### **POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO:**

*em busca de um novo modelo de governação* é o tema de um encontro promovido pelo Fórum para a Liberdade de Educação no âmbito da iniciativa “100 Anos de República e o Futuro da Educação”. Joaquim Azevedo (Universidade Católica) é o orador convidado, tendo como comentadores António Ponces de Carvalho (ESE João de Deus) e João Formosinho (Universidade do Minho).

**20/Maio, Biblioteca Municipal Almeida Garrett – Porto**

+ inf: [secretariado@fle.pt](mailto:secretariado@fle.pt)

#### **A EDUCAÇÃO E A CIDADE**

estarão em foco na terceira edição dos Encontros de Pedagogia Social promovidos pela Universidade Católica (UCP). A conferência de abertura estará a cargo de Antoni Martorell, director do Projecto Educativo da Cidade de Barcelona. Segue-se um painel intitulado *Escolas, Famílias, Comunidades*, em que participam Diogo Simões (Empresários Pela Inclusão Social), João Trigo (Colégio do Rosário) e Hélder Falcão, Cindy Vaz e Albina Costa (Trofa Comunidade de Aprendentes). Após o almoço, terá lugar o painel *Porto, uma Cidade Solidária*, com Paula França (Rede

Interinstitucional Sem-Abrigo do Porto), Lino Maia (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) e Isabel Baptista (UCP). O programa termina com a apresentação do 3º número da revista «Cadernos de Pedagogia Social» por Américo Peres (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro).

**27/Maio, UCP Campus da Foz – Porto**

+ inf: [fmartins@porto.ucp.pt](mailto:fmartins@porto.ucp.pt)

#### **EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**

A Pró-Inclusão - Associação Nacional de Docentes de Educação Especial vai realizar um Ciclo Luso-Espanhol de Conferências sobre Educação Inclusiva. Na primeira sessão intervêm António Magalhães (Universidade do Porto), sobre *A Inclusão e o Pensar as Diferenças*, e Angeles Parrilla (Universidade de Sevilha), com uma conferência sobre *Redes Educativas Locales*. O ciclo continuará com sessões em Coimbra (Julho), Lisboa (Outubro) e Évora (Novembro).

**07/Junho, Universidade Portucalense – Porto**

+ inf: [proandee@gmail.com](mailto:proandee@gmail.com)



AR

# Que rumo para a CGTP?

**Com chancela da Profedições, foi recentemente editado INTER NACIONAL, uma reflexão sobre a intervenção, a orientação e o alinhamento da CGTP-IN face ao movimento sindical internacional.**

O autor esclarece ao que vem: contribuir “para um debate que se tem revelado difícil, como o tempo tem vindo a demonstrar, mas, apesar disso, não menos necessário nem menos oportuno. Debate que continua longe de estar encerrado” – debate, esse, sobre a filiação da CGTP-IN na Confederação Sindical Internacional (CSI), que o XI Congresso da central portuguesa recusou por maioria, deixando algumas feridas abertas.

A apresentação decorreu no auditório do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), a cargo de Paulo Sucena, que esclarece no prefácio: “Não é um livro para impor a sua razão, nem é um livro contra ninguém. É uma obra que visa abrir um debate, sério e profundo, sobre a continuação ou não da CGTP-IN no exterior da CSI, a maior e mais representativa confederação mundial de trabalhadores”.

Nesta perspectiva, a questão fundamental que o livro coloca é: “Como central sindical de classe, unitária, democrática, independente e de massas, onde deve estar a CGTP-IN para melhor servir os interesses dos trabalhadores portugueses e potenciar, a favor destes, uma necessária intervenção internacional?”

Florival Lança, o autor, é membro do Comité Económico e Social Europeu desde 2008. Natural de Santiago do Cacém, integrou a direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa a partir de 1975. Depois foi sucessivamente eleito para a direcção da União dos Sindicatos de Lisboa (que viria a coordenar até 1996), para o Secretariado Nacional e para a Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN (de 1993 a 2008 foi sucessivamente eleito como Secretário de Relações Internacionais da central sindical). Foi, ainda, presidente do Instituto Bento de Jesus Caraça e membro do Conselho Económico e Social e do conselho de administração do Instituto de Emprego e Formação Profissional. ▶





*pontos de vista*

Henrique Borges

## A propósito de **INTER NACIONAL**

**Excelente reflexão crítica sobre a CGTP-IN e o movimento sindical internacional, temática abordada de forma isenta, séria e fundamentada por alguém cuja experiência e conhecimentos acumulados nesta área são garantia de uma obra que merece ser lida e debatida. A isso acresce a actualidade do tema, num tempo e num espaço em que a política neoliberal tem mergulhado o mundo numa das mais preocupantes crises.**

A situação portuguesa é tão desoladora que, 36 anos depois da Revolução de Abril, nos chega à memória a ácida e terrível frase de Alexandre Herculano: “Isto [o país] dá vontade de morrer”. Porém, Florival Lança não vê com olhos de decadente desânimo o futuro do país e da classe trabalhadora, antes traz implícita a interrogação *para onde vamos?*

Na verdade, o veterano sindicalista, de formação assumidamente comunista, perscruta a realidade nacional e internacional com o objectivo de divisar caminhos que conduzam os trabalhadores e o país a um futuro melhor, de mais justiça social e de mais solidariedade humana, com a firmeza de quem sabe que o capitalismo neoliberal não é o horizonte irremediável dos humanos. Na construção de uma sociedade sem humilhados e ofendidos empenhou Florival Lança a sua vida de operário, de cidadão e de sindicalista, e por tal razão, num tempo histórico em que considera que a unidade das classes trabalhadoras é indispensável na luta por aquele desígnio, traz a público um livro cujos cinco capítulos e 11 anexos considera relevantes para a reflexão relativa à filiação da CGTP-IN, a mais representativa central sindical dos trabalhadores portugueses, na Confederação Sindical Internacional (CSI).

De outro ângulo, podemos constatar, quer na introdução, quer ao longo do livro, que o autor também foi impelido à sua publicação pelo facto de considerar que, nas poucas discussões e debates em que participou, a argumentação contrária à sua – no sentido da filiação da CGTP-IN na confederação sindical mundial em gestação – “se situava exclusivamente numa retórica panfletária e pseudo-revolucionária, longe da realidade concreta vivida pelos trabalhadores”.

Há outras razões, que é legítimo explicitar, que levaram Florival Lança a escrever este livro.

Umas prendem-se com o facto de o dossier que elaborou para dinamizar o debate nas estruturas da CGTP-IN, e que está na origem do livro sob apreço, “foi duramente criticado pela grande maioria dos meus camaradas dirigentes da corrente maioritária, chegando-se ao ponto de ser inevitável retirá-lo da circulação e do debate”.

Outras, surgidas após o XI Congresso da CGTP-IN, dizem respeito a uma realidade que ele cuida que se está a desenhar ou assim parece. Escreve o sindicalista que a central portuguesa parece aproximar-se e vai integrando, de forma acentuada, actividades da Federação Sindical Mundial (FSM), “o que, sendo legítimo, merece a minha total discordância, por razões que espero tornar evidentes ao longo destas páginas. Considero, aliás, que uma integração, formal ou informal, na FSM constituiria um grande enfraquecimento da capacidade de acção e da expressão do projecto sindical histórico da CGTP-IN”.

Não posso deixar de referir, também, que Florival Lança visa sublinhar o significado da expressão *consciência de classe* e transmitir um sopro de esperança àqueles que lutam contra a proclamada inexorabilidade do capitalismo. E fá-lo com a convicção de que essa esperança será tanto mais forte quanto maior for a unidade das classes trabalhadoras de todo o mundo. Na sua opinião, é na unidade na diversidade que os trabalhadores, qualquer que seja a sua filiação sindical, ganharão força para a luta contra o império do capitalismo.

Quem ler com olhos isentos este livro, poderá afirmar sem hesitações que o autor se coloca, no que concerne à filiação da CGTP-IN na CSI, numa posição similar à expandida por António José de Almeida – esse proeminente vulto da 1ª República – no primeiro número do jornal «República» (Janeiro.1911): “Há quem suponha que conciliar quer dizer transigir e há quem suponha que conciliação significa brandura. Não é assim. Conciliar é solidarizar forças, somando-as na sua convergência indestrutível ou utilizando-as mesmo nos embates contraditórios”. As ideias-chave deste excerto do artigo do antigo Presidente da República estão explicitadas ao longo deste trabalho do antigo dirigente da CGTP-IN.

Permito-me ainda ressaltar um aspecto que estimo relevante, o de Florival Lança repudiar aquela que considera uma posição estática daqueles que obstaram a que se fizesse, nas estruturas da CGTP-IN, um debate franco, fraterno e aberto de uma questão crucial para o futuro da central (filiação na CSI). Na verdade, o seu pensamento assume-se contra posições estáticas, contra o imobilismo, porque se coloca na posição dos clássicos do materialismo-dialéctico, que sabem que “tudo influi em tudo”, e em consequência disso reclama para os trabalhadores, sejam quais forem as situações em que se encontrem (como seja no seio da CSI), um papel activo e transformador.

À maneira de prólogo, escreveu António Sérgio em «História de Portugal»: “creia-se tudo discutível e discuta-se tudo – o velho e o novíssimo, o direito e o avesso –, quando haja um mínimo de inteligência autêntica e de conhecimento honesto em quem discute”.

Creio ser justo afirmar que é nessa posição que, modesta e seriamente, Florival Lança se coloca, abrindo pensamento e prosa a todos os que queiram ler, sem prévias reservas ou mesquinhas malquerenças, mas tão-só com a liberdade crítica de aprovar ou dela discordar, parcial ou totalmente, por razões rigorosamente fundamentadas. Escrevi estas últimas palavras com a certeza de que Florival Lança subscreveria estas outras, de António Sérgio: “Nenhuma das opiniões que se aqui aventam (minhas ou de outrem, que me pareceram justas) se ofereceu jamais ao meu próprio intelecto como algo de exclusivo e de fechado ao exame, de definitivo e imóvel”. É nessa esteira que escreve que este livro “deve ser lido como um contributo pessoal para um debate que se tem revelado difícil (...), mas, apesar disso, não menos necessário nem menos oportuno. Debate que continua longe de estar encerrado”. Sublinho esta última frase, que configura este trabalho como uma obra aberta. Uma obra aberta produzida por um operário e autodidacta, onde fascinadamente encontrei, de algum modo, traços caracterizadores do ensaio explicitados por Sílvio Lima em «Ensaio sobre a Essência do Ensaio»: “o auto-exercício, a autonomia mental, a vivência experiencial, a universalidade, o juízo crítico”. Esta seria uma razão mais que suficiente para felicitar o autor, a que acrescento as palavras finais do prefácio: parabéns ao Florival Lança, que, com este livro, tem a coragem de relançar o debate sobre uma matéria que, sendo complexa, é todavia fundamental para a luta dos trabalhadores e continua a revestir-se de uma enorme actualidade. ▶

**Paulo Sucena**





# A informação como bem público

O Sindicato dos Jornalistas portugueses (SJ) associou à comemoração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa (3 de Maio), uma chamada de atenção aos profissionais da comunicação, aos poderes públicos e à opinião pública para a importância da informação.

Para o SJ, apesar dos “inúmeros progressos da técnica e de avanços significativos na capacidade de recolher, tratar e distribuir informação, de novas possibilidades técnicas e tecnológicas abertas no campo da comunicação social, os resultados não traduzem uma correspondente melhoria em termos de resposta adequada às reais expectativas e necessidades dos cidadãos e ao seu direito a uma informação realmente diversificada e plural”.

Na origem do problema, estão a “concentração da propriedade dos meios comunicação social”, a “obsessiva redução de custos e a maximização do lucro”, que se traduz em “emagrecimento das redacções, políticas de baixos salários, precarização dos jornalistas e desinvestimento no jornalismo de investigação e na agenda própria”.

“É nesse contexto”, refere o SJ, “que a informação como bem público ganha uma maior importância. Os cidadãos têm o direito de exigir uma informação verdadeiramente livre, plural e de qualidade, mesmo quando oferecida por empresas do sector privado. Mas têm especialmente o direito a serviços públicos – designadamente de rádio e de televisão – que cumpram desinteressadamente esse direito, além do mais livre de condicionamentos de natureza política, económica ou outra”.

É através da imprensa livre que as democracias respiram, salienta o SJ, acrescentando que “a aparente diversidade de órgãos de informação nos vários suportes não traduz uma verdadeira diversidade de oferta informativa, de olhares plurais sobre a realidade, de reflexões múltiplas sobre os problemas que atingem as pessoas e as instituições, de leituras cruzadas das dinâmicas sociais, de preservação e valorização das culturas, de promoção da criação humana”.

E a concluir: “Numa altura em que, no debate político, se manifestam intenções no sentido da privatização da RTP, e num ano de revisão ordinária da Constituição da República, o Sindicato dos Jornalistas alerta os cidadãos para a necessidade de defesa intransigente de serviços públicos de comunicação social que garantam elevados padrões de qualidade, pluralismo e isenção”. ▶

**J.P.O.**

## Concentração perigosa

No Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, o SJ alertou para a concentração da propriedade dos meios de informação, que, nalguns casos, mantém níveis excessivos, “ameaçando aumentar o poder de intervenção no espaço público de um reduzido número de grupos económicos, mantendo nas mãos de um clube restrito a capacidade de recolher, tratar e difundir informação”.

“À concentração da propriedade estão associados problemas que atingem directamente os jornalistas, mas que se reflectem na qualidade e na diversidade da informação oferecida aos cidadãos: agravamento da precariedade, desemprego, confiscação dos direitos de autor dos jornalistas, ataque a direitos fundamentais destes profissionais... A esperança de um lugar no quadro e a insegurança no emprego, face à ameaça de mais e mais profundas reestruturações de empresas, alimentam o medo e condicionam consciências.”

# CPLP-SE: uma realidade a ter em conta

No dia 26 de Abril, realizou-se em Lisboa a 3ª Conferência da CPLP - Sindical de Educação, que aprovou o Plano de Actividades da organização para o triénio 2010-2013 e elegeu os seus órgãos dirigentes: Conselho Fiscal (presidido pelo Sindicato Nacional dos Professores de Moçambique) e o Secretariado Permanente (em representação da Fenprof, o coordenador do SPN, Abel Macedo, viu renovado por três anos o mandato de secretário-coordenador). Outra nota saliente, foi o alargamento da organização, com a entrada de mais um sindicato guineense (SINDEPROF) e da CIG-Ensino (Galiza).

A CPLP-SE foi criada, em 2001, por um conjunto de sindicatos que partilham a língua portuguesa e decidiram estreitar relações de amizade, assumindo desde logo três objectivos essenciais:

- procurar dinamizar a cooperação, em particular no que respeita à formação de professores;
- defender e promover a língua portuguesa através da educação;
- defender e promover a Escola Pública laica, gratuita, democrática e de qualidade.

Inicialmente designada Comunidade das Organizações de Trabalhadores em Educação dos Países de Língua Oficial Portuguesa, agrupava já 13 organizações sindicais dos oito países que têm o português como língua oficial: Angola (FTECDSCA e SINPROF), Brasil (CNTE e CONTEE), Cabo Verde (FECAP e SINDEP), Guiné (SINAPROF), Moçambique (ONP-SNPM), Portugal (Fenprof e FNE), São Tomé e Príncipe (SINPRESTEP) e Timor Leste (SPTL). ▶



## SPN por terras de Benguela

No âmbito de um protocolo de colaboração entre o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e o Sindicato Provincial dos Trabalhadores da Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Comunicação Social de Benguela (SPTECJDSCS), uma delegação do SPN deslocou-se àquela província angolana, para participar no 31º aniversário daquele sindicato.

A participação dessa delegação concretizou-se na sequência de um convite do sindicato angolano aquando da recente visita de uma sua delegação a Portugal. Na ocasião, os seis elementos (sindicalistas e directores de escolas) estiveram no Porto e nas delegações de Amarante e Póvoa de Varzim.

No programa definido para o aniversário do SPTECJDSCS, a delegação do SPN teve oportunidade de participar em diversos contactos com os organismos sindicais e administrativos de Benguela, interagir com as comunidades escolares, aprofundar a troca de experiências em plenários de professores realizados em todos os municípios da província e conhecer as realidades sócio-culturais e políticas de um país que se encontra em processo de profunda transformação. ▶



ilustração Inês Bange

## Há uma revolução gráfica em curso

**É inútil lutar contra moinhos de vento e tentar, uma vez mais, uma nova reforma da ortografia francesa. As práticas de escrita em ecrã convidam-nos a mudar os nossos comportamentos e a nossa relação com a ortografia.**

Todos os estudos e medidas recentes o comprovam: o baixo nível ortográfico, tanto das crianças como dos adultos, é uma realidade. Devemos preocupar-nos? A língua francesa deve ser declarada património em perigo?

Todos os linguistas estão de acordo num aspecto: a ortografia francesa é complexa e desafia, muitas vezes, qualquer raciocínio lógico. Ensinamos, por exemplo, às crianças que o “e” é a marca do feminino e o “s” a do plural, mas escreve-se *le foie* (o fígado), *la foi* (a fé) e *une fois* (uma vez)! E por que razão *vingt* carrega ainda o “g” e não o trente, quando a etimologia deste – *triginta* – também o justificaria?

Mas parece-nos que a crispação com um combate que se assemelha a uma querela entre antigos e modernos se revela cada vez mais inútil! As evoluções tecnológicas dos últimos decénios vão-nos convidando a mudar... não a língua, mas a nossa relação com a ortografia. No seu último livro, *François de Closets*, com a perspicácia que o caracteriza, incita a um novo combate que convida a “construir uma nova ordem ortográfica” e a reformar radicalmente o ensino da língua.



Georges Seguin

**FRANÇOIS DE CLOSETS** tem uma longa carreira de jornalista e escritor. Na imprensa, colaborou na agência France-Presse e nos jornais «L'Express», «Nouvel Observateur» e «L'Événement du Jeudi»; apresentou telejornais e foi produtor da TF1 e da France 2 durante 30 anos. Dedicou cerca de 20 ensaios à sociedade francesa, abordando vários temas e causas, como o direito de cada um decidir o fim da sua vida, a instrumentalização dos valores pelo sistema político ou o monopólio da Microsoft sobre a microinformática, entre outros. O seu último livro – *Zéro Faute - L'orthographe, une passion française* (2009) – é consagrado à língua francesa e à crise da ortografia e provocou forte polémica em França. Esta entrevista foi publicada originalmente na revista «Sciences Humaines» n° 208, Outubro/2009.

### **Diz que a ortografia é uma paixão francesa...**

No século XIX, a França lançou-se a este desafio louco de querer que um povo de iletrados aprendesse uma ortografia de escribas e eruditos, renunciando à regra, em vigor no século XVIII, da dupla ortografia. Quando Diderot publicava as suas obras, exigia provas sem erros. No entanto, quando escrevia, dir-se-ia hoje, que as suas cartas estavam repletas de erros ortográficos! Na verdade, o que acontecia era que a ortografia privada aceitava toda a espécie de variantes.

Na escola, a ortografia transforma-se no ensino central – nomeadamente na escola primária com os ditados quotidianos – e em matéria eliminatória, obrigando mesmo à interrupção dos estudos e isto até meados do século XX.

No plano sociológico, a ortografia é sacralizada. Torna-se monumento nacional, a par d'A Marselhesa. Dar erros é da ordem do sacrilégio, tão grave quanto atentar contra a bandeira ou o hino nacionais. Aliás [em francês] não se dá um “erro”, mas sim uma “falta” (*faute*) o que, em termos de julgamento, põe em causa a integridade da pessoa, considerada indigna de confiança.

O linguista Pierre Encrevé lembra que, ainda nos anos 80, as candidatas a auxiliares de hospital podiam ser eliminadas por causa de disortografia. No coração da cultura francesa, a ortografia foi sacralizada, num verdadeiro consenso social, iniciado pelos professores primários da IIIª República, que se tornaram nos sacerdotes da religião ortográfica.

### **Parece, no entanto, que a força desta religião esteja a diminuir drasticamente, a julgar, nomeadamente, por todas as formas de escrita em ecrã...**

Em finais do século XX, todos os fundamentos da “ordem ortográfica” se desmoronaram. A aquisição da ortografia implicava métodos baseados na memorização. Se, por um lado, a ortografia gramatical é uma espécie de matemática da linguagem que faz apelo ao raciocínio, a ortografia lexical obriga à repetição, para criar, na cabeça dos alunos, um dicionário mental. A aprendizagem tradicional da ortografia releva de uma pedagogia antiga e autoritária. A partir dos anos 80, a escola consagra menos tempo à gramática e à ortografia. As matérias ensinadas multiplicam-se, as pedagogias tornam-se interactivas, mais orientadas para o despertar dos alunos.

Por outro lado, as práticas de escrita mudam profundamente e as novas gerações deixam de sentir o peso da blasfémia do erro ortográfico. A nossa forma de utilizar a língua e a escrita mudou sem que nos apercebêssemos.

Por um lado, a escrita é retomada em força, mas já não sob a forma conservadora que a destinava a fixar a palavra e o pensamento. Hoje, com os mails, os blogs, as múltiplas utilizações das técnicas informáticas, e os SMS nos telemóveis, a escrita é como uma conversa. Além disso, deixou de ser manuscrita para se usar o teclado. É amassada, abreviada, simplificada – os SMS dos jovens, por exemplo, são uma espécie de estenografia selvagem.

Mas eles não confundem este estilo, que se aparenta a uma tomada de notas, com o francês normal que utilizam, sobretudo, quando se dirigem aos adultos. Mas, apesar disso, como pedir-lhes de estarem tão atentos às complicações da grafia francesa, de respeitar religiosamente a acentuação da palavra *événement* quando se habituaram a escrever *EVN*?

**Portanto, a ortografia tradicional tende a desaparecer, como o mostram, aliás, todos os estudos sobre o nível ortográfico dos alunos e mesmo dos adultos? E tudo isso, para grande desespero de uma grande parte da elite intelectual...**

É ilusório pensar-se que podemos voltar às práticas ortográficas de 1920! Mas as imensas potencialidades da informática, nomeadamente os correctores automáticos, permitem-nos libertar-nos das complicações e estranhezas da nossa ortografia lexical. E, em vez de obrigarmos as crianças a aprender que cauchemar não tem “d” (quando se diz *cauchemarder*), que os verbos que começam por “ap” têm dois “p”, excepto um certo número de excepções (que é preciso decorar), etc., podemos economizar essa energia inútil e deixar a tarefa para os correctores. Há que libertar as crianças da ortografia lexical e ensiná-las a utilizar a informática e, paralelamente, reforçar o ensino da gramática e da língua.

Das duas uma, ou permitimos que as pessoas usem cegamente os correctores, fazendo destes uma espécie de próteses para analfabetos, ou transformamo-los em ferramentas para um melhor domínio da língua. A escolha está na nossa mão e podemos resolver o problema da ortografia desde já – é uma questão de bom senso.

**É, então, inútil tentar uma nova reforma da ortografia? E mantém-se a regra do acordo dos participios passados dos verbos pronominais?**

A simplificação da língua só teria sido possível e eficaz se tivesse havido reformas sucessivas, se se tivesse procedido passo a passo, no decorrer do último século. Os linguistas sabem que não é hoje – e vimo-lo com a reforma de 1990, que não foi aplicada – que vamos revolucionar a nossa escrita. Não vamos reescrever a nossa História! O francês terá sempre uma ortografia lexical armadilhada e surpreendente. Então, antes confiá-la aos correctores, sabendo que, no futuro, 98% do que cada um escreverá será usando o teclado. Até as declarações de amor se fazem, hoje, através da Internet.

Em relação ao exemplo que refere, penso que algumas simplificações acabarão por ser admitidas, quanto mais não seja para evitar problemas aos criadores de software.

Mas a ortografia lexical, essa, nada tem a ver com a “engenharia da língua” e faz-nos viver numa insegurança ortográfica permanente. Escrever em francês é construir o pensamento, usar frases harmoniosas, encontrar a palavra certa... e não estar obcecado com os erros ortográficos! Os franceses escreverão na sua língua, livres dessa obsessão, e reencontrarão o prazer de escrever no dia em que o erro deixar de ser uma infâmia.

A evolução tecnológica, a escrita em ecrã e os computadores constituem uma excelente ocasião para melhor utilizar a nossa língua. ▶

**Martine Fournier,**

*chefe de redacção de «Sciences Humaines»*

**(tradução de Helena Miranda)**

## Mais fácil em Itália e em Espanha

Em 1977, no 1º Congresso Internacional da Língua Espanhola, o futuro Prémio Nobel, Gabriel Garcia Marquez, declarou: “A minha ortografia é corrigida por correctores. Se tivesse que fazer um exame de gramática, espalhava-me...”. Manifestava-se, assim, contra a lentidão dos países hispânicos em adoptar as reformas da Academia Espanhola, que desde o século XVIII simplificou permanentemente a língua, libertando-a das consoantes inúteis.

O italiano e o espanhol fazem parte das línguas que estabelecem uma correspondência entre sons e letras da forma mais simples e mais regular. O que faz, aliás, com que haja menos problemas de dislexia naqueles dois países e que os pequenos espanhóis e italianos aprendam a ler muito cedo.

Entre os idiomas mais complicados, para além do francês, está o inglês, em que as palavras mais comuns estão atravancadas de consoantes mudas: h, k, w... (*school, knowledge, night...*).



# Despojamento, conhecimento, criação



Tenho de ser despojamento, tenho de ser criação. Procuo o conhecimento do homem e da mulher. Dou-me a quem me ama. Sigo uma espécie de religião. Mas não é bem uma religião. É uma forma de vida. Talvez seja, em parte, o Jesus do padre Mário. A vida dos negócios, do lucro, não me interessa. Limito-me a vir ao café, a relacionar-me superficialmente com as empregadas, a observar os patrões. Não, não sou do negócio. Nem do stress, nem da pressa, nem da pressão, nem da competição. Sou do homem. Do homem que ri, dança e cria. Posso estar em baixo, posso estar no inferno, mas é desse homem que venho. Daí a suposta serenidade excessiva, intrigante.

É a liberdade que me interessa. É pela liberdade que me bato. Se me retirarem um bocadinho que seja da minha liberdade, eu já não sou o mesmo. E depois há o amor. O amor que sinto quando passas. O amor que nos eleva. O amor que nos desarma. Que nos aproxima da loucura. Sim, porque já sofremos a humilhação pública.

Não, não somos do negócio. Do está sempre tudo bem. Não somos da feira nem do mercado. Por vezes descemos à praça pública, mas sabemos o que a praça pública diz de nós. Às vezes até nos ama, bate-nos palmas, endeusa-nos, mas outras vezes destrói-nos, diminui-nos. Também é verdade que já pouco ou nada temos a perder. Também é verdade que tudo temos a ganhar. E não devemos nada a ninguém. Podemos desejar tudo. Podemos desejar a loira que come croissants ao balcão. Podemos ser tudo o que quisermos.

Numa folha de papel está o que somos. Numa folha de papel derramamos a vida. Sem álcool. Só com a loira à nossa frente. No deserto do café. Há mais de duas horas que estamos a escrever. Escrevemos lentamente, ao ritmo do cérebro e do coração. Coração que, ainda ontem, ainda hoje, batia forte, desesperado. Parecia que nos queria deixar. Mas estamos aqui. Continuamos aqui. Os homens riem e bebem água das pedras.

Temos de ser despojamento, conhecimento, criação. Somos do homem. Escrever o que escrevemos é o nosso trabalho na terra. Nada mais. Há dias em que vamos dizê-lo à praça pública. Há dias, noites, em que nos transformamos. Nada mais. Somos do homem e da mulher. ▶

**António Pedro Ribeiro**

**Narrativas** pretende ser um espaço de expressão pessoal e criativa para os leitores da «SPN-Informação», professores ou não. Por norma, os textos – a enviar por correio postal para a Redacção da revista ou para [spninfo@spn.pt](mailto:spninfo@spn.pt), sempre com a indicação de um contacto telefónico e da menção “para publicação em Narrativas” – não deverão exceder 2.500 caracteres. Também são aceites fotografias e realizações plásticas, ou outras. Os autores poderão preservar a sua identidade, solicitando a utilização de pseudónimo. A autenticidade da autoria dos trabalhos enviados é da exclusiva responsabilidade dos remetentes, reservando-se a «SPN-Informação» o direito de os publicar ou não.

# O vampiro de Gonçalo na Fábrica Social



A que sabem as fotografias? Quais são as imagens que consumimos e guardamos na memória? Como se processa essa selecção? A fealdade pode ser bela? A beleza pode ser roubada? Será verdade que nos sugam um bocadinho da alma quando somos fotografados ou filmados?

Estas são algumas das questões abordadas em *O Vampiro de Belgrado*, adaptação de um conto de Gonçalo M. Tavares que o Teatro Bruto tem em cena até 22 de Maio – um espectáculo que estabelece um curioso diálogo entre o teatro e a fotografia.

Para Vujik, protagonista da história, o papel da beleza é tapar aquilo que se prepara para matar – ele próprio afirma, na sua linguagem de surdo-mudo, que gosta de sangue. Por isso coleciona imagens de beleza e perfeição, que come como alimento para a sua insaciabilidade. Fotografias e mais fotografias. Para o vampiro, o acto de recordar transforma-se no acto físico de degustar imagens, para assim as manter intactas e indestrutíveis na sua memória.

A opção de apresentar uma versão deste conto de género fantástico deve-se à sua intensa teatralidade, presente na estrutura do texto e na construção das personagens, daí resultando um espectáculo caracterizado por forte componente visual e sonora, que recorre à tecnologia para a composição e manipulação da imagem teatral e, assim, explora as áreas de interesse do público-alvo a que se destina – adolescentes e jovens cativados pelo universo fantástico e pelos mitos urbanos.

Com encenação de Miguel Cabral e cenografia e direcção artística de Ana Luena, *O Vampiro de Belgrado* é interpretado por Isabel Nunes e Pedro Mendonça.

## o vampiro de belgrado

Rua da Fábrica Social - Porto

até 22 de Maio | 5ª feira a Sábado, 22h

[de 2ª a 6ª, sessões às 11h e às 15h dirigidas a alunos do 3ºCEB e Secundário – por marcação]

+ informações: 960 211 595 | [informacao@teatrobruto.com](mailto:informacao@teatrobruto.com)

## DIÁLOGO A PRETO E BRANCO.

O encontro entre dois personagens no território da fotografia faz-se pelas mais variadas razões. Na Galeria João Lagoa, Pedro Rocha (pintor) e **José Manuel Soares** estabelecem diálogos a preto e branco, onde Nova Iorque e Espinho, ou mesmo o Senhor da Pedra, podem ser o motivo da “conversa”. Entre a fotografia com enfoque no elemento humano (aparentemente ocasional), de Soares, e o rigor do enquadramento de Rocha se faz a mostra patente, **até 17 de Maio, na Rua Miguel Bombarda, 408 – Porto.**



# Com papas e bolos...

É Abril-Maio. Democracia e trabalho. A precariedade e o desemprego aumentam na razão inversa da qualidade da democracia. Dizem-nos que a culpa é da crise; que as agências de *rating* estão a atacar despidoradamente a economia nacional; que especulam para nos estrangular, para nos tramar...

Logo a nós, pobres, discretos e pacatos portugueses. Mais sorte, pelos vistos, tiveram com os gregos, que parece estarem a dar luta. Na rua. Erguem barricadas, ateiaram fogos, cercam o Parlamento.

E as bolsas sobem. E as bolsas descem. E sobem e descem no mesmo dia – até no mesmo instante, mas em latitudes diferentes. Enchendo sempre os mesmos bolsos. Com semelhante crise, não admira que já “ninguém” morra com a gripe suína – pelo menos, que já não precisem de nos assustar com a pandemia. Entretanto, quem pagou as vacinas? E quem ganhou com elas? E com os kits? E com os rolos de papel? E com...?

Uma mensagem da Associação 25 de Abril questiona, a propósito da efeméride: “olhando a situação a que se chegou, foi para isto que se fez o 25 de Abril?”

Que sim, que foi para terminar com a ditadura, com a guerra, com o isolamento. E que por isso estamos agora em democracia, em paz e na União. Mas que também foi para terminar com as desigualdades. Para que as classes mais desfavorecidas passassem a ser menos desfavorecidas. Para se construir uma sociedade mais justa.

No entanto, “perante a situação que vivemos, há que dizer clara e inequivocamente que não foi para isto que se fez o 25 de Abril!”: “não para cavar um fosso cada vez maior entre os mais ricos e os mais pobres”; “não para aumentar a distorção da distribuição do rendimento do trabalho”; “não para criar escandalosas anomalias na distribuição da parte que cabe aos trabalhadores”.

Não foi para isso que se fez a Revolução, garantem os seus protagonistas. “Como também não foi para criar uma sociedade corrupta, de total impunidade e compadrio”, “para ver os máximos dirigentes desacreditados e sem autoridade moral para pedirem sacrifícios à população”.

Como foi possível termos chegado a isto?, continuam a questionar. “Ter-se enfrentado a crise de forma a que os únicos que ganharam com isso tenham sido os próprios responsáveis por ela?”

“E enquanto os gestores continuam a receber vencimentos milionários e os banqueiros a ver aumentados os rendimentos, o desemprego continua a aumentar, os trabalhadores precários são cada vez mais, os pobres aumentam em número absoluto e relativo e as desigualdades são cada vez maiores. A maioria da população vê o seu cinto cada vez mais apertado e não vislumbra uma réstia de luz ao fundo do túnel!”...

Pois, pá, o túnel... A crise e o *rating*, os terremotos e o vulcão, a Igreja e a pedofilia, a comissão de inquérito e...

Não, pá! O túnel ao fundo da Luz, os danos patrimoniais pela suspensão do Hulk, o Benfica campeão (se fosse o Braga, era giro), a selecção no mundial...

Eh, pá!... Com papas e bolos se enganam os tolos, diz o povo. Mas não estará na hora de começarem a servir uns bolinhos? De papas estamos cansados; venham os bolos!

Por estes dias, a ministra Isabel Veiga foi condenada a sanção pecuniária por desobedecer a uma determinação judicial relativa ao concurso de docentes – 8% do salário mínimo nacional...

Um vice-qualquer-coisa do PS admitiu, em conferência de imprensa sem possibilidade de perguntas, que surripiou (digamos assim) os gravadores aos jornalistas que o entrevistavam no Parlamento porque lhe faziam perguntas impertinentes...

Tudo está bem quando continua bem, como bem sabe o Miguel Esteves Cardoso, provavelmente o cronista que melhor (d)escreve o amor e que acaba de me revelar um novo perigo – pelos vistos, bastam cinco minutos na companhia de uma mulher bonita para dispararem os nossos valores de cortisol, que “em doses curtas é bom, mas quando é cronicamente elevado, agrava a diabetes, a hipertensão e a impotência”. Ok, tragam lá as papas...



AR

**António Baldaia**

P.S. Declaro, sob juramento, que isto não tem nada a ver com Ratzinger. ▶



### *nesta edição*

- a abrir
02. **Ministra condenada por desobediência**
- editorial
03. **Tempo de resistência**
- acção sindical
05. **Avaliação no concurso: bom senso precisa-se!**
06. **Porque se contesta a consideração da avaliação no concurso**
- 10.º Congresso da Fenprof  
*As intervenções dos dirigentes e os membros do Sindicato dos Professores do Norte nos órgãos da Federação.*
09. **Identidade profissional docente: um debate necessário**
10. **Pelo regresso da gestão democrática**
12. **A propósito da indisciplina e da violência**
14. **O SPN nos órgãos da Fenprof**
15. **Novas caras do SPN no Conselho Nacional**
- centrais
- 29 de Maio: Manifestação Nacional em Lisboa: Lutar agora para não ser tarde  
contacta o SPN | informa-te | participa**
- diversos
20. **Regime jurídico de faltas**
- nacional
- A Profedições editou recentemente um livro em que Florival Lança reflecte sobre a intervenção, a orientação e o alinhamento da CGTP-IN face ao movimento sindical internacional. A apresentação da obra esteve a cargo de Paulo Sucena.*
21. **Que rumo para a CGTP?**
22. **A propósito de «Inter Nacional»**
24. **A informação como bem público**
- internacional
25. **CPLP-SE: uma realidade a ter em conta | SPN por terras de Benguela**
- vemos ouvimos e lemos
- As práticas de escrita em ecrã convidam-nos a mudar os nossos comportamentos e a nossa relação com a ortografia.*
26. **Há uma revolução gráfica em curso**
- narrativas
29. **Despojamento, conhecimento, criação**
- apostas spn
30. **O vampiro de Gonçalo na Fábrica Social | Diálogo a preto e branco**
- a fechar
31. **Com papas e bolos...**